



PORTARIA Nº 142, DE 15 DE MAIO DE 2014

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Tapauá	Inundações - 1.2.1.0.0	003	31/03/14	59050.000569/2014-36
MG	Teófilo Otoni	Chuvvas intensas - 1.3.2.1.4	7183/2013	26/12/13	59050.000624/2014-98
PA	Alenquer	Inundações - 1.2.1.0.0	1030/2014	28/04/14	59050.000634/2014-23
PR	Santo Antônio do Sudoeste	Enxurradas - 1.2.2.0.0	3167/2014	01/05/14	59050.000603/2014-72
RS	Camaquã	Estiagem - 1.4.1.1.0	17250	16/01/14	59050.000507/2014-24
RS	Nicolau Vergueiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	1885/2014	12/02/14	59050.000629/2014-11
RS	Santa Vitória do Palmar	Alagamentos - 1.2.3.0.0	015	06/03/14	59050.000575/2014-93
RS	Sarandi	Enxurradas - 1.2.2.0.0	3040	28/02/14	59050.000570/2014-61

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 143, DE 19 DE MAIO DE 2014

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de Santo Antônio do Sudoeste - PR, no valor de R\$ 562.921,70 (quinhentos e sessenta e dois mil e novecentos e vinte e um reais e setenta centavos), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por enxurradas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo nº 59050.000706/2013-51.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6501; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em parcela única.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2014

Às 10:16h do dia quatorze de maio de dois mil e quatorze, o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do CADE, Alessandro Octaviani Luis, Eduardo Pontual Ribeiro, Ana Frazão, Marcio de Oliveira Júnior e Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presentes o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE, Victor Santos Rufino, o representante do Ministério Público Federal junto ao CADE, Sady d’Assumpção Torres Filho, e o Secretário Substituto do Plenário, Paulo Eduardo Silva de Oliveira.

O Presidente do CADE registrou a presença dos integrantes da Comissão Angolana em visita ao Brasil para melhor observação e conhecimento da Política de Defesa da Concorrência Brasileira.

Julgamentos

04. Ato de Concentração nº 08700.002285/2014-41

Requerentes: FIAT S.P.A. e Chrysler Group LLC

Advogados: Lauro Celidonio dos Reis Neto, Frederico Carilho Donas, Carolina Curry Ricciardi e outros

Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação, aprovou-a sem restrições e homologou a proposta de Acordo em Controle de Concentração que trata da infração prevista no artigo 88, §3º, da Lei nº 12.529/2011, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

02. Ato de Concentração nº 08700.005447/2013-12
Requerentes: Kroton Educacional S.A. e Anhanguera Educacional Participações S.A.

Advogados: Lauro Celidonio, André Previato, Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo e outros

Relator: Conselheira Ana Frazão

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a condicionada à celebração e ao cumprimento do Acordo em Controle de Concentração anexo ao voto, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

As 14:28h, o Presidente do CADE suspendeu a sessão. Os trabalhos de julgamento foram retomados às 15:58h.

03. Ato de Concentração nº 08700.009198/2013-34

Requerentes: Estácio Participações S.A. e TCA Investimento em Participações Ltda.

Advogados: Márcio de Carvalho Silveira Bueno, Luís Cláudio Nagalli G. de Camargo, Mauro Grinberg, Patrícia Avigni, Fabio Alessandro Malatesta dos Santos e outros

Relatora: Conselheira Ana Frazão

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a condicionada à celebração e ao cumprimento do Acordo em Controle de Concentração anexo ao voto, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

05. Requerimento nº 08700.002545/2014-89

Requerentes: IMS Health do Brasil e Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico - ABAFARMA

Advogados: Marcelo Procópio Calliari, Joana Temudo Cianfarani, Bruno de Luca Drago, Fabianna Vieira Barbosa Morselli e outros

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho nº 160/ PRES/2014.

O Despacho nº 160/ PRES/2014 foi homologado pelo Plenário.

01. Ato de Concentração nº 08700.004872/2013-94

Requerentes: Editora Objetiva Ltda., Editora Arqueiro Ltda. e Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.

Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo, Camilla Paoletti, Amanda Fabbri Barelli, Fabrício Bandeira Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, reconheceu a existência de múltiplas operações, aprovou-as sem restrições, determinou o recolhimento de nova taxa processual, bem como o pagamento de multa por intempestividade no valor total de R\$ 1.019.876,00 (um milhão, dezenove mil e oitocentos e setenta e seis reais), no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

06. Requerimento nº 08700.002692/2014-59

Requerentes: Bematech S/A

Advogados: Faurllim Narezi, Floriano Galeb, Cícero José Zanetti de Oliveira, Robson José Evangelista e outros

Impedido o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho nº 159/ PRES/2014.

O Despacho nº 159/ PRES/2014 foi homologado pelo Plenário.

Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário:

Despacho PRES nº 149/2014 (AC 08012.010473/2009-34), 150/2014 (AC 08012.000377/2012-83), 151/2014 (AC 08012.001157/2009-71), 152/2014 (AC 08012.008074/2009-11), 153/2014 (AC 08012.010967/2011-33), 154/2014 (AC 08012.013152/2007-20), 155/2014 (AC 08700.004778/2013-35), 156/2014 (AC 08012.001205/2010-65), 157/2014 (AC 08700.004957/2013-57); apresentados pelo Presidente Vinícius Marques de Carvalho.

Despachos AOL nºs 04/2014 (Acesso Restrito Req. 08700.009872/2013-80), 05/2014 (Acesso Restrito Req. 08700.003071/2014-92) e ofícios nºs 1427/2014 (PA 08012.003931/2005-55), 1428/2014 (PA 08012.003931/2005-55), 1429/2014 (PA 08012.003931/2005-55), 1468/2014 (PA 08012.0111027/2006-02), 1625/2014 (AC 08700.004872/2013-94); apresentados pelo Conselheiro Alessandro Octaviani Luis.

Despacho EPR nº 06/2014 (Req. 08700.002933/2009-01) e ofícios nºs 1764/2014 (PA 08012.007380/2002-56), 1883/2014 (AI 08700.002840/2014-35); apresentados pelo Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro.

Despacho AF nº 14/2014 (Acesso Restrito Req. 08700.008299/2013-98); apresentado pela Conselheira Ana Frazão.

Despacho MOJ nº 10/2014 (ACs 08012.008447/2011-61, 08012.013191/2010-22 e 08012.008448/2011-13) e ofícios nºs 1599/2014 (ACs 08012.008447/2011-61, 08012.013191/2010-22 e 08012.008448/2011-13), 1748/2014 (PA 08012.011142/2006-79), 1749/2014 (PA 08012.011142/2006-79), 1751/2014 (PA 08012.011142/2006-79), 1753/2014 (PA 08012.011142/2006-79), 1757/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1759/2014 (PA 08012.011142/2006-79), 1762/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1765/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1766/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1769/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1771/2014 (AC 08012.008447/2011-61), 1773/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1774/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1775/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1776/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1778/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1780/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1781/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1785/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1787/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1788/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1794/2014 (PA 08012.011142/2006-79), 1802/2014 (PA 08012.008847/2006-17), 1805/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1807/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1808/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1809/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1810/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1811/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1812/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1813/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1814/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1816/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1817/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1818/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1826/2014 (PA 08012.011142/2006-79), 1840/2014 (ACs 08012.008447/2011-61, 08012.013191/2010-22 e 08012.008448/2011-13), 1841/2014 (ACs 08012.008447/2011-61, 08012.013191/2010-22 e 08012.008448/2011-13), 1849/2014 (AC 08700.009924/2013-19), 1854/2014 (PA 08012.011142/2006-79), 1906/2014 (ACs 08012.008447/2011-61, 08012.013191/2010-22 e 08012.008448/2011-13), 1925/2014 (PA 08012.004430/2002-43); apresentados pelo Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior.

Ofício GVCA nº 1763/2014 (AC 08012.002706/2009-25); apresentado pelo Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

Aprovação da Ata

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

As 16:38h do dia quatorze de maio de dois mil e quatorze, o Presidente do CADE, Vinícius Marques de Carvalho, declarou encerrada a sessão.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Conselho

ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS
Presidente do Conselho
Substituto

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 19 de maio de 2014

Nº 569. Ato de Concentração nº 08700.003392/2014-97. Requerentes: Infinity Holdco, LLC. E Ipro Holdings LLC. Advogados: Tito Amaral de Andrade e Thalita de Carvalho Novo. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 570. Ato de Concentração nº 08700.003523/2014-36. Requerentes: Alaof Brasil Mídia Holdings 2 S.A. e Videomar Rede Nordeste S.A. Advogados: Camila Castanho Girardi, Luciana Martorano e Guilherme Rezende. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 572. - Ato de Concentração nº 08700.007773/2013-64. Requerentes: Ineos AG e Solvay S.A.. Advogados: Barbara Rosenberg, José Inácio F. de Almeida Prado Filho e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE
DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.537, DE 25 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3404 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U.,